

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço – FI-FGTS
CNPJ nº 09.234.078/0001-45
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2014

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstração da composição e diversificação da carteira em 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

Aplicações - Especificações	Espécie/ Tipo	Quantidade	Mercado/ realização R\$ mil	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades			1	-
Banco conta movimento			1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez			5.408.779	17,48
Notas do tesouro Nacional - Série B		2.218.550	5.408.779	17,48
Debêntures não conversíveis em ações			14.795.720	47,81
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		700.000	4.858.787	15,71
Sete Brasil Participações S.A.		1.850	2.231.429	7,21
Santo Antônio Energia S.A.		1.520.120	1.875.620	6,06
Eldorado Brasil Celulose S.A.		940.000	1.031.900	3,33
Prumo Logística S.A.		750.000	936.481	3,03
Teles Pires Participações S.A.		65.000	780.453	2,52
Light Serviços de Eletricidade S.A.		30	30.232	0,10
Light Energia S.A.		470	473.638	1,53
Brasil Term Participações S.A.		1	409.661	1,32
Alupar Investimento S.A.		300	342.877	1,11
Viaronon Concessionária de Rodovias S.A.		300	341.549	1,10
OAS S.A.		250	299.784	0,97
MRS Logística S.A.		30.000	214.390	0,69
ALL - America Latina Logistica Malha Paulista S.A.		1	174.054	0,56
ALL - America Latina Logistica Malha Norte S.A.		1	174.054	0,56
ALL - America Latina Logistica Malha Sul S.A.		1	174.054	0,56
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA		171.000	130.319	0,42
Iracema Transmissora de Energia S.A.		109	119.395	0,39
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.		88	113.421	0,37
Odebrecht Transport S.A.		7.950	83.622	0,27
Cotas de fundos			1.975.836	6,38
Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia		777.589.979,78346	672.527	2,17
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento		500.000.000,00000	666.198	2,15
Fundo de Investimento em Participações Sondas		326.145.792,00000	476.280	1,54
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008		100,00000	100.831	0,33
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT		200.000,00000	60.000	0,19
Ações sem cotação em bolsa			8.001.064	25,86
Odebrecht Transport S.A.	ON	64.400.045	2.438.705	7,88
VLI S.A.	ON	1.413.854.823	1.200.000	3,88
Cone S.A.	ON	35.099.302	761.075	2,46
Odebrecht Engenharia Ambiental S.A.	ON	155.322.199	1.023.631	3,31
Energimp S.A.	ON	460.437.026	523.613	1,69
Brado Logística e Participações S.A.	ON	2.857.143	401.563	1,30
J. Malucelli Energia S.A.	ON	179.681	261.669	0,85
OAS Óleo e Gás S.A.	ON/PN	1.309.916	800.000	2,59
MDCPar S.A.	ON	5.358.137	189.001	0,61
Hidrotérmica S.A.	ON	55.667.283	114.183	0,37
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.	ON	90.000.000	93.734	0,30
ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A.	ON	33.780.263	92.007	0,30
Foz do Rio Claro Energia S.A.	PN	40.991.800	38.310	0,12
Ijuí Energia S.A.	ON	42.041.590	32.215	0,10
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	ON	10.952.091	16.314	0,05
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	ON	11.293.274	15.044	0,05
Ações com cotação em bolsa			473.737	1,53
Alupar Investimento S.A.		29.243.000	473.737	1,53
Ações preferenciais resgatáveis			241.111	0,78
Hidrotérmica S.A.		67.796.610	241.111	0,78
Valores a receber			794.038	2,56
Valores a receber			734.711	2,37
Dividendos e bonificações a receber			59.327	0,19
Total do ativo			31.690.286	102,40
Valores a pagar			744.046	2,40
Ações a liquidar			721.784	2,33
Taxa de administração			22.056	0,07
Auditoria e custódia			206	-
Patrimônio líquido			30.946.240	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido			31.690.286	102,40

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstração da evolução do patrimônio líquido em 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

Patrimônio líquido no início do semestre:	
Representado por 19.381.973.233,963 cotas a R\$ 1,475934 cada	28.606.510
Cotas emitidas no semestre:	
790.933.117,120 cotas	1.200.000
Patrimônio líquido antes do resultado	<u>29.806.510</u>
Resultado do semestre	
Receitas	<u>1.159.066</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	249.822
Rendas de títulos e valores mobiliários	909.244
Resultado da avaliação dos investimentos em ações sem cotação em bolsa	<u>88.750</u>
Resultado da avaliação dos investimentos	88.750
Outras receitas/despesas operacionais	<u>11.292</u>
Rendas de valores a receber	10.874
Outras rendas operacionais	418
Despesas	<u>(119.378)</u>
Taxa de administração	(119.016)
Auditoria e custódia	(340)
Taxa de fiscalização	(22)
Total do resultado do semestre:	<u>1.139.730</u>
Patrimônio líquido no final do semestre:	
Representado por 20.172.906.351,083 cotas a R\$ 1,534050 cada	<u>30.946.240</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, (“Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS (“CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando autorizado pelo CCFGTS, do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroporto, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

São garantidos aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas na forma do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007 e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicáveis ao

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

(a) Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

(b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

(c) Títulos e valores mobiliários

Consoante com a Circular BACEN nº 3.086 de 15 de fevereiro de 2002, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “Títulos para negociação”.

c.1. Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor da cota de fechamento divulgada pela Administradora.

c.2. Debêntures não conversíveis em ações

As debêntures não conversíveis em ações, por serem objeto de emissão privada em que o Fundo figura como único debenturista, e que até a presente data não são negociadas no mercado secundário e que, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

principal acrescido da remuneração decorrida pro rata *temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no regulamento do Fundo.

O Fundo é um fundo aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas as necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações; e (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o regulamento do Fundo, as debêntures não conversíveis em ações foram classificadas na categoria “Títulos para negociação”, sendo seu valor de mercado equivalente, aproximadamente, ao valor contábil.

c.3. Títulos públicos federais (LFT)

Os títulos públicos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação. As Letras Financeiras do Tesouro são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins diários publicados pela ANBIMA.

c.4. Ações sem cotação em bolsa

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva sociedade investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

c.5. Redução do valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperação do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

c.6. Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Hidrotérmica S.A. são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos. As ações da Hidrotérmica terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

c.7. Ações de companhias abertas

As ações estão avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela bolsa de valores.

(d) Valores a receber

Os ativos registrados na rubrica “Valores a Receber” estão avaliados pelo valor estimado de realização.

4 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 30 de junho de 2014 conforme quadro constante na página 7 abaixo.

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias; penhor de direitos; e hipotecas de imóvel.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

<u>Emissora</u>		<u>Valor em</u> <u>30/06/2014</u>	<u>Valor da</u> <u>emissão</u>	<u>Data de</u> <u>emissão</u>	<u>Data Final de</u> <u>Vencimento</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	4.858.787	7.000.000	23/12/2008	15/10/2029
Sete Brasil Participações S.A.	(b)	2.231.429	1.850.000	19/02/2013	15/08/2033
Santo Antônio Energia S.A.	(c)	954.261	770.448	25/10/2012	01/11/2036
		921.359	809.346	28/06/2013	01/08/2037
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(d)	1.031.900	940.000	01/12/2012	01/12/2027
Prumo Logística S.A.	(e)	936.481	750.000	17/09/2012	15/09/2027
Teles Pires Participações S.A.	(f)	780.453	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Light Serviços de Eletricidade	(g)	30.232	30.000	10/09/2012	04/06/2026
Light Energia S.A.	(h)	473.638	470.000	10/09/2012	04/06/2026
BrasilTerm Participações S.A.	(i)	409.661	400.312	07/04/2014	27/12/2024
Alupar investimento S.A.	(j)	342.877	300.000	30/05/2012	30/05/2027
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(k)	341.549	300.000	04/06/2012	04/06/2027
OAS S.A.	(l)	299.784	250.000	13/01/2012	13/01/2027
MRS Logística S.A.	(m)	214.390	300.000	09/06/2010	01/02/2020
ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A.	(n)	174.054	166.667	08/09/2008	31/07/2018
ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.	(o)	174.054	166.667	10/09/2008	31/07/2018
ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A.	(p)	174.054	166.667	08/09/2008	31/07/2018
EPESA – Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	(q)	130.319	171.000	23/01/2009	23/01/2024
IRACEMA – Iracema Transmissora de Energia S.A.	(r)	119.395	109.000	10/12/2010	10/12/2035
TESC – Terminal Santa Catarina S.A.	(s)	113.421	88.000	18/12/2009	18/12/2029
Odebrecht Transport S.A.	(t)	83.622	75.702	14/11/2013	15/10/2025
Total		<u>14.795.720</u>	<u>15.333.497</u>		

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, como Autarquia Federal. Posteriormente, com a Lei nº 5.662 e o Decreto nº 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovia, porto e saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

b) Sete Brasil Participações S.A.

A Sete Brasil Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, cujo objetivo é a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de acionista, sócia ou quotista, joint ventures, parcerias e/ou consórcios com objetivo de adquirir, alienar, construir ou operar e/ou fretar; (i) sondas de perfuração e outros ativos e embarcações de exploração e produção de petróleo e gás; (ii) embarcações de apoio marítimo e outros equipamentos utilizados no apoio das atividades de exploração e produção de petróleo e gás; e (iii) estaleiros e outros ativos e unidades industriais relacionados à indústria naval.

Em 19 de fevereiro de 2013, o Fundo adquiriu 1.850 debêntures emitidas pela Sete Brasil Participações S.A. ao preço de R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada. Os recursos obtidos com a emissão das debêntures serão utilizadas para o financiamento do programa de investimentos da emissora, que envolve a construção de 29 sondas de águas ultra profundas a serem construídas no Brasil e afretadas pelas subsidiárias da companhia para a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

c) Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistema de transmissão associado.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

A construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, que prevê capacidade mínima instalada de 3.150,4 MW, com a implantação de 44 turbinas do tipo “Bulbo” que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, teve seu início no segundo semestre de 2008. A ANEEL aprovou, em 02/07/2013, o plano de expansão da capacidade da hidrelétrica em seis novas turbinas, elevando sua potência instalada de 3.150 para 3.569 MW.

Os recursos captados com essa emissão são destinados pela Emissora para as despesas do CAPEX da UHE Santo Antônio e da linha de transmissão de interesse restrito.

d) Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul e tem como principal objeto social a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia.

A companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

Os recursos captados por meio dessa emissão são destinados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do tratamento de águas e efluentes relacionados ao Projeto localizado na cidade de Três Lagoas – MS, bem como investimento em soluções para transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário da Emissora, conforme no CAPEX do Projeto.

e) Prumo Logística S.A.

A LLX Açú Operações Portuárias S.A. foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

Os recursos captados por meio dessa emissão serão utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário, a retroárea e sua infraestrutura industrial localizados no município de São João da Barra – RJ.

Em 11 de dezembro de 2013 foi concluído o processo de aumento de capital na Companhia, que culminou na alteração de controlador da emissora, que passou a denominar-se Prumo Logística S.A..

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

f) Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW.

Os recursos captados com essa emissão são para custear os investimentos na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme o Plano de Negócios da Emissora para o Projeto.

g) Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,2 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobras (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

h) Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

Os recursos captados por essa emissão são destinados ao financiamento dos planos de negócios da emissora em UHE, Elevatórias e Centro de Operação.

i) BrasilTerm Participações S.A.

A BrasilTerm Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo e tem por objeto social a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, empresárias e não empresárias, no Brasil ou no exterior, principalmente no setor de energia.

j) Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em 2 empresas holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para a construção e melhorias na Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, controlada pela Alupar.

k) ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas as cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os recursos captados por essa emissão são destinados a melhorias no setor rodoviário no trecho objeto da Concessão (Edital nº 006/08).

l) OAS S.A.

A OAS S.A. e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios, e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários bem como realizar investimentos e/ou participações em infraestrutura inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta mediante controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor rodoviário conforme o Plano de Negócios anexo a Escritura de Emissão.

m) MRS Logística S.A.

A MRS Logística S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor ferroviário conforme o Plano de Negócios anexo à Escritura de Emissão.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

n) ALL – América Latina Logística S.A. (Malha Norte/Malha Paulista/Malha Sul)

A ALL – América Latina Logística S.A. foi constituída em 31 de dezembro de 1997, tendo sua sede na cidade de Curitiba, Paraná. Tem como principais objetivos sociais: (i) participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário; (ii) explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; e (iii) adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

A companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. Opera na Argentina através de sua controlada ALL – América Latina Logística Argentina S.A. (ALL Argentina), holding das empresas ALL - América Latina Logística - Central S.A. (ALL Central) e ALL - América Latina Logística Mesopotâmica S.A. (ALL Mesopotâmica).

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados ao aumento da capacidade de transporte, em material rodante, desenvolvimento de tecnologia, via permanente, terminais e edificações conforme o Anexo I da Escritura de Emissão.

o) EPESA – Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizadas no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados exclusivamente para o desenvolvimento parcial da construção das Usinas Termoelétricas Termomanaus e Pau Ferro I, localizadas no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco.

p) Iracema Transmissora de Energia S.A.

A Iracema Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor.

A companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção de linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados para a capitalização da Emissora para o desenvolvimento e implementação do projeto de construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão da subestação de São João do Piauí até a Subestação Milagres do Estado do Ceará, conforme descrito no Quadro de Usos e Fontes constantes no Anexo VI da Escritura de Emissão.

q) TESC – Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem por objeto social a construção e operação de instalações portuárias de uso público, especializadas na movimentação e armazenagem de mercadorias, no Porto Organizado de São Francisco do Sul, localizado no estado de Santa Catarina.

A companhia tem como característica principal a de ser um terminal de múltiplo uso com foco em contêiner, mas com estrutura para operar outros tipos de carga, como produtos florestais renováveis, granel sólido de importação e produtos siderúrgicos, como bobinas e chapas de aço.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para investimentos em obras civis e arrendamento para a expansão do Terminal de Santa Catarina.

r) Odebrecht Transport S.A.

A Odebrecht Transport S.A. tem como objeto social a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou logísticos industriais aduaneiros. A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e participar de consórcios ou de

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Os recursos captados por essa emissão são destinados exclusivamente para uso da Rota das Bandeiras para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário Corredor D. Pedro I, incluindo obras de pavimentação.

5 Investimento em ações com cotação em bolsa

Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou cotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em 2 empresas holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru.

Em 05 de julho de 2012, o Fundo recebeu R\$ 8.484 a título de distribuição de dividendos de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na companhia.

Por meio de ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de novembro de 2012, o Fundo converteu 19.495.332 ações ordinárias de emissão da Alupar em ações preferenciais, à razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial.

Em 28 de março de 2013, visando o processo de abertura de capital da Alupar Investimento S.A., a companhia adotou a estratégia de desdobramento ou “split” de suas ações ordinárias e preferenciais, na proporção de 03 (três) unidades para cada unidade atual, com a finalidade de melhorar a sua liquidez. Vale destacar que no processo de desdobramento das ações, não houve redução do valor da companhia, somente a multiplicação da quantidade de ações, mantendo-se os mesmos percentuais de participação.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

O quadro acionário, após o desdobramento, ficou da seguinte forma:

Acionista	Qtde. de ações ON	Qtde. de ações ON após split	Qtde. de ações PN	Qtde. de ações PN após split	Participação no capital total (%)
Guarupart	129.203.332	387.609.996	5.463.668	16.391.004	82,16%
FI-FGTS	9.747.668	29.243.004	19.495.332	58.485.996	17,84%
Total	138.951.000	416.853.000	24.959.000	74.877.000	100,00%

No dia 23 de abril de 2013, data da abertura de capital da Alupar Investimento S.A., a nova composição acionária da companhia passa a ser:

Acionista	Qtde. de ações ON	(%)	Qtde. de ações PN	(%)	Total	(%) Total
Guarupart	387.609.996	84,04%	16.391.004	10,02%	404.001.000	64,65%
FI-FGTS	29.243.004	6,34%	58.485.996	35,74%	87.729.000	14,04%
Outros	44.390.596	9,62%	88.781.204	54,25%	133.171.800	21,31%
Total	461.243.596	100%	163.658.204	100%	624.901.800	100,00%

A partir de 24 de abril de 2013, a Alupar Investimento S.A. passou a ter units negociadas na BM&F-BOVESPA no Nível 2 de governança corporativa. O código do ativo é ALUP11.

6 Investimento em ações sem cotação em bolsa

6.1 – Composição

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa estão apresentados em 30 de junho de 2014 conforme quadros abaixo. O valor da equivalência patrimonial apresentado nesta demonstração financeira é com base no balanço patrimonial após o fechamento do exercício social das companhias investidas em 31 de dezembro de 2013.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

Empresas		Saldo Contábil em 31/12/2013	Valor Patrimonial	Ágio	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil em 30/06/2014
Cone S.A.	(a)	761.075	631.268	280.119	(150.312)	761.075
Energimp S.A.	(b)	523.613	372.339	151.274	-	523.613
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	(c)	48.338	91.005	1.002	-	92.007
Odebrecht Ambiental S.A.	(d)	1.023.631	473.345	550.286	-	1.023.631
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(e)	38.310	38.310	-	-	38.310
Hidrotérmica S.A.	(f)	114.183	22.910	91.273	-	114.183
Ijuí Energia S.A.	(g)	32.215	32.215	-	-	32.215
J Malucelli Energia S.A.	(h)	261.669	115.385	178.638	(32.355)	261.669
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	(i)	84.326	93.734	-	-	93.734
MDCPAR S.A.	(j)	157.873	68.732	120.268	-	189.001
Odebrecht TransPort S.A.	(k)	2.438.705	1.159.225	1.279.480	-	2.438.705
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	(l)	16.314	16.314	-	-	16.314
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	(m)	15.044	15.044	-	-	15.044
Brado Logística e Participações S.A	(n)	401.563	117.341	284.223	-	401.563
OAS Óleo e Gás S.A.	(o)	0	347.596	452.404	-	800.000
VLI S.A.	(p)	0	1.277.012	(77.012)	-	1.200.000
TOTAL JUNHO DE 2014		5.916.859	4.871.774	3.311.956	(182.667)	8.001.064

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

a. Cone S.A.

A Cone S.A. é uma entidade domiciliada na cidade de Recife, estado de Pernambuco, constituída em 06 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Conepar S.A. Em desenvolvimento desde 2007, tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone S.A., através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado formada pela demanda por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

b. Energimp S.A.

A Energimp S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

c. ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.

A ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como principais objetivos (i) o desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos de produção de biomassa e/ou industrialização de matéria-prima combustível a partir de biomassa destinado à produção de energia térmica e/ou energia elétrica para o fornecimento a terceiros; (ii) a comercialização de energia gerada em tais empreendimentos; (iii) a realização de estudos, gerenciamento, supervisão, operação e manutenção dos referidos empreendimentos; e (iv) a plantação e desenvolvimento de florestas ou cultivo de outras culturas para fins energéticos.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi aprovado o aumento de capital da ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A. no montante de R\$ 5.000, mediante a emissão de 1.853.570 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 926.785 ações, no montante de R\$ 2.500, as quais foram integralizadas em 14 de março de 2013.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da ERB realizada em 10 de maio de 2013 foi elevado o capital da companhia no montante de R\$ 4.514, mediante a emissão de 1.673.324 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, cujo o Fundo subscreveu 836.662 ações, no montante de R\$ 2.257, integralizadas em 31/07/2013.

Na Ata da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 24 de julho de 2013 aprovou aumento de capital da ERB através da emissão de 9.267.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal no montante de R\$ 24.999.998,40. O Fundo subscreveu 4.633.920 ações à R\$ 12.499.999,20, integralizadas em 27/08/2013.

d. Odebrecht Ambiental S.A.

A Foz do Brasil S.A. foi constituída em 24 de janeiro de 2008 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto – concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais – terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos – diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Foz do Brasil S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht Engenharia Ambiental.

Na Ata de Assembleia Geral Extraordinária de cotistas de 23 de julho de 2013 foi aprovada a alteração do nome da Cia de Foz do Brasil S.A. para Odebrecht Ambiental S.A.

Em 18 de dezembro de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas foi aprovado aumento de capital na Cia no montante de R\$ 70.316, mediante a emissão de 28.308 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O FI FGTS subscreveu 25.476 ações ordinárias à R\$ 315.000, integralizadas em 27 de dezembro de 2013.

e. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

f. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A companhia opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTES), cujos prazos de concessão são de 25 e 15 anos, respectivamente.

Desta forma, o Passivo Circulante da controladora e do consolidado estão a menor e o passivo não circulante da controladora e do consolidado estão a maior naqueles montantes, respectivamente.

g. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominada Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Ijuí Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A..

h. J Malucelli Energia S.A.

A J Malucelli Energia S.A. tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, geração hidrelétrica e térmica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

i. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011, e tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

O saldo do Fundo pendente de integralização na companhia monta R\$ 15.750 e registrado na rubrica “Ações a liquidar”, no passivo, em 31 de dezembro de 2012, foi integralizado na Cia em 13/03/2014.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2013 foi aprovado o aumento de capital da Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. no montante de R\$ 67.352, mediante a emissão de 67.352 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 30.308 ações, no montante de R\$ 30.308, as quais foram integralizadas em 14 de março de 2013.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Logbras realizada em 09 de dezembro de 2013 foi elevado o capital da companhia no montante de R\$ 43.407, mediante a emissão de 43.407 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, cujo o Fundo subscreveu 19.533 ações, no montante de R\$ 19.533, integralizadas em 16/12/2013.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Logbras realizada em 20 de março de 2014 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de 20.908.282 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

j. MDCPAR S.A.

A MDCPAR S.A. foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2012 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 6.458 mediante a emissão de 30.535 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelo Fundo e registradas na rubrica “Ações a liquidar”, no passivo, em 31 de dezembro de 2012. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 11 de janeiro de 2013.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

k. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), cuja razão social até 14 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 17 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens “i” e “ii” acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Odebrecht Transport S.A. realizada em 28 de novembro de 2013 foi elevado o capital da companhia no montante de R\$1.428.571, mediante a emissão de 43.407 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

No aumento de capital o Fundo subscreveu 9.758 ações, no montante de R\$ 428.571, integralizadas em 26/12/2013; e, o BNDESPAR subscreveu 22.768 ações à R\$ 1.000.000.

l. Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (“Lavrinhas”), é uma sociedade de propósito específico, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. Essa central hidrelétrica encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, no limite entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), em 28 de outubro de 2013, e a Enixe Energias e Participações Ltda (“Enixe”), em 30 de outubro de 2013 exerceram a opção de compra que detinha contra as ações do Fundo de emissão de Lavrinhas, conforme previsto no “Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra das Ações Preferenciais de Emissão da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.”,

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

datado de 02 de outubro de 2008, celebrado entre a Alupar, a Enixe Energias e Participações Ltda. e o Fundo.

O preço de compra é definido com preço de emissão de cada ação subscrito pelo Fundo, atualizado pelo IPCA e acrescido a 7,8% de juros ao ano, desde a data da integralização de cada ação até a data do efetivo pagamento, deduzidos os valores de juros ou dividendos recebidos nesse período.

A Alupar exerceu a opção de compra sobre 15% e a Enixe sobre outros 15% da totalidade das ações preferenciais detidas pelo Fundo, que corresponde a 6.571 ações pelo montante de R\$ 12.353. Com isso o Fundo, passou a deter participação de 24,99% de ações de emissão de Lavrinhas.

m. Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

A Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (“Queluz”) é uma sociedade de propósito específico, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Queluz, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. Aquela central hidrelétrica encontra-se instalada no município de Queluz - SP, no limite entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), em 28 de outubro de 2013, e a Enixe Energias e Participações Ltda (“Enixe”), em 30 de outubro de 2013 exerceram a opção de compra que detinha contra as ações do Fundo de emissão de Queluz, conforme previsto no “Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra das Ações Preferenciais de Emissão da Usina Paulista Queluz de Energia S.A.”, datado de 02 de outubro de 2008, celebrado entre a Alupar, a Enixe Energias e Participações Ltda. e o Fundo.

O preço de compra é definido com preço de emissão de cada ação subscrito pelo Fundo, atualizado pelo IPCA e acrescido a 9% de juros ao ano, desde a data da integralização de cada ação até a data do efetivo pagamento, deduzidos os valores de juros ou dividendos recebidos nesse período.

A Alupar exerceu a opção de compra sobre 15% e a Enixe sobre outros 15% da totalidade das ações preferenciais detidas pelo Fundo, que corresponde a 6.776 ações pelo montante de R\$ 10.754. Com isso o Fundo, passou a deter participação de 24,99% de ações de emissão de Queluz.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

n. Brado Logística e Participações S.A.

A Brado Logística S.A. (“Brado”) foi criada em abril de 2011 a partir da união entre a América Latina Logística (“ALL”) e a Standard Logística (“Standard”). A companhia alia a experiência e o *know how* da Standard no segmento de transporte de contêineres por ferrovia à malha da ALL que está presente nas regiões de maior produção industrial e agrícola do país.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Brado Logística S.A. realizada em 5 de agosto de 2013 foi elevado o capital da companhia no montante de R\$ 400.000, mediante a emissão de 2.857 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

No aumento de capital o Fundo subscreveu a totalidade das ações emitidas, no montante de R\$ 400.000, integralizadas no próprio dia 05 de agosto de 2013.

o. OAS Óleo e Gás S.A.

A OAS Óleo e Gás S.A. (“OAS O&G”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2010, com o objetivo de concentrar os investimentos do grupo OAS no setor de óleo e gás e tem sede no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

A área de atuação da OAS O&G compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo e gás natural, incluindo o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração (navios-sonda), de unidades de tratamento, floteis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, bem como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da OAS O&G realizada em 17 de dezembro de 2013 foi aprovado o aumento do capital social da OAS O&G em R\$ 56.831 mediante a emissão de 1.309.916 novas ações ordinárias, 1.786.061 novas ações preferenciais da classe A e 2.063.983 novas ações preferenciais da classe B, pelo preço total de emissão de R\$ 800.000.

No aumento de capital o Fundo subscreveu em 02 de janeiro de 2014 a totalidade das ações emitidas, no montante de R\$ 800.000, tendo sido integralizada em 07 de janeiro de 2014 a primeira parcela no valor de R\$ 90.000 permanecendo um saldo a integralizar de R\$ 710.000 registrado no passivo na conta de “ações a liquidar”.

p. VLI S.A.

A VLI S.A. (“VLI” ou “Companhia”) com sede na cidade de São Paulo, é uma companhia controlada pela Vale S.A. (“Vale”), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação desses serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimentos.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da VLI S.A. realizada em 14 de abril de 2014 foi aprovado o aumento do capital social da VLI S.A. em R\$ 476.700 mediante a emissão de 1.413.854.823 novas ações ordinárias pelo valor total de emissão de R\$ 1.200.000.

6.2 - Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015.

O saldo das ações preferenciais atualizado pelo IPCA em 30 de junho de 2014 monta a R\$ 241.111.

7 Valores a receber - Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo – SP, controlada pela Denerge – Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”), que atua exclusivamente como holding, controladora de participações societárias, tendo como objetivo principal a participação acionária em empresas controladas e coligadas, diretas e relativas (indiretas), vinculadas à atividade de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionado. A Companhia detém investimento na controlada direta, Rede Energia S.A. que tem por objetivo a produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão legal e nos termos da legislação em vigor, podendo participar de outras sociedades congêneres e exercer atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionado.

Em 22 de novembro de 2012 o Fundo exerceu a opção de venda da totalidade das ações de emissão da EEVP de sua titularidade em face a Denerge, controladora da

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

EEVP, conforme previsto no “Instrumento Particular de Outorga de Opção de Venda e Permuta de Ações” celebrado entre o FI-FGTS e a Denerge, em 09 de agosto de 2010, pelas razões dispostas na Notificação de Exercício da Opção de Venda.

O exercício da opção de venda foi precedido de uma série de notificações que alertavam a EEVP e a Denerge quanto ao descumprimento dos compromissos assumidos perante o Fundo no Acordo de Investimentos e nos demais documentos que regulam o investimento do Fundo na Companhia.

Devido ao exercício da opção de venda, o FI-FGTS, até então acionista da companhia EEVP, passa a condição de credor da Denerge, não mais exercendo seus direitos de outorga enquanto acionista, assim não mais se fazendo representar em Reuniões de Conselho ou Assembleias de Acionistas e não perfazendo direitos econômicos de acionistas.

Portanto, com o exercício da opção de venda, a Denerge foi notificada para efetuar o pagamento do preço do exercício, no montante de R\$ 712.520, no prazo e condição disposta nos instrumentos firmados quando do investimento em 2010.

Tendo em vista o protocolo de pedido de recuperação judicial da Denerge e demais empresas do Grupo Rede, em data posterior ao exercício da opção de venda, porém antes do efetivo pagamento devido pelo exercício da opção de Venda, o Fundo foi listado como credor, na classe de créditos com garantia real dentro do processo de Recuperação Judicial.

Em 15 de março de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) conjunto da Rede Energia S.A., Companhia Técnica de Comercialização de Energia, QMRA Participações S.A., Denerge e EEVP, conjuntamente denominadas “Grupo Rede”, com o objetivo de permitir ao Grupo Rede (i) equacionar sua situação econômico-financeira; (ii) levantar a intervenção nas Concessionárias Rede; e (iii) atender aos interesses e preservar os direitos dos credores, estabelecendo a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos, de forma a viabilizar a manutenção das atividades relativas à distribuição, comercialização e geração de energia desenvolvidas pelo Grupo Rede, preservando as concessões outorgadas às Concessionárias Rede e o pleno atendimento aos serviços públicos à população das respectivas áreas de concessão.

Devido às incertezas que envolviam a definição do valor de realização desse ativo, a Administradora decidiu por manter o saldo desse ativo em 31 de dezembro de 2012 pelo mesmo valor contábil registrado antes do exercício da opção de venda, no montante de R\$ 275.397, reclassificando-o da rubrica “Ações sem cotação em bolsa” para a rubrica “Valores a receber”.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pelo MM. Juiz de Direito e a decisão judicial ratificou a condição do FI FGTS de Fundo do Grupo Rede e legitimou o voto do Fundo pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pela Energisa.

A Energisa, por ora chamada de Investidor no PRJ, é uma empresa holding que controla cinco distribuidoras de energia, três na Região Nordeste, Energisa Paraíba, Energisa Sergipe e Energisa Borborema, e duas na Região Sudeste, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo. A Energisa também controla ativos na área de geração, comercialização e outros serviços. O Grupo Energisa distribui eletricidade para cerca de 2,6 milhões de consumidores em 352 municípios. Em 2012, distribuiu 10.833 gigawathoras de Eletricidade.

Em 27 de janeiro de 2014 foi concedida a última autorização necessária para a conclusão do processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa, mediante a publicação da aprovação pela ANEEL.

Considerando a Decisão Judicial favorável emanada no âmbito da Recuperação Judicial, após análise do plano de recuperação judicial apresentado, onde constam os compromissos de aporte da Energisa, a aprovação da troca do controle acionário pela ANEEL, a qual fora precedida de análise do plano de recuperação apresentado, e a aprovação pelo CADE, adicionado ao evento de assunção do controle do Grupo Rede pela Energisa em 11 de abril de 2014, torna-se possível a definição das condições finais de recebimento do crédito.

8 Comitê de Investimento

O Comitê de Investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, sendo:

- a) 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e
- b) 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram. Os membros do Comitê de Investimento do Fundo têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. O presidente do Comitê de Investimento deverá ser eleito por, no mínimo, 7 de seus

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

membros, com prazo de mandato de um ano. A presidência será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal. A eleição do presidente do Comitê de Investimento importará a do vice-presidente, componente da mesma representação da do presidente e indicado previamente à eleição. Em caso de ausência do presidente e vice-presidente às reuniões, os membros do Comitê de Investimento deverão eleger, por maioria simples dos presentes, representante para presidir, exclusivamente, a reunião em que o fato ocorrer.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do Fundo e aprovar os investimentos e desinvestimentos do Fundo.

9 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a) o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e
- b) o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições adicionais de parcelas de R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 32.810.539, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2011.

As integralizações de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de Cotas	Montante Integralizado (R\$)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,0000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,3926	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,3825	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,4876	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,7071	649.368

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

Demais aportes em 2012	2.858.069.264,9930	3.757.854
Demais aportes em 2013	-	-
Demais aportes em 30 de junho de 2014	790.675.995,4926	1.200.000
Total aportado até 30 de junho de 2014	20.172.649.229,4554	22.883.791

Somente haverá resgate de cotas do Fundo quando deliberado pelo CCFGTS.

Em 28 de agosto de 2012, com base na Resolução nº 699 do CCFGTS, foi alterado o regulamento do Fundo, no artigo relacionado ao valor subscrito, que passou a ter a seguinte redação:

“Artigo 17 – Após a aplicação integral do valor inicial, a ADMINISTRADORA poderá propor, ao Agente Operador do FGTS, integralizações adicionais de parcelas de até R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 32.810.539, equivalente a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS, registrado em 31 de dezembro de 2011, acrescido de R\$ 2.000.000 destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotistas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, totalizando R\$ 34.810.539.

Parágrafo Único – As propostas para subscrições e integralizações adicionais serão apresentadas pela ADMINISTRADORA ao Agente Operador do FGTS, que as submeterá à aprovação do Conselho Curador do FGTS.”

10 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de Mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Conseqüentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem pari passu o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de Crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de Liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

A despeito da diligência da Administradora na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que os recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

O Fundo não realizou operações com instrumentos derivativos durante o semestre findo em 30 de junho de 2014.

11 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no período, foi R\$ 119.016.

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

12 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$ 29.600.670 são os seguintes:

	Taxa de Administração		Outras despesas	
	R\$	%	R\$	%
30 de junho de 2014	119.016	0,40	362	-

13 Transações com partes relacionadas

No semestre findo em 30 de junho de 2014, o Fundo realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Despesas com parte relacionada

<u>Despesa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Instituição</u>	<u>Relacionamento</u>
Taxa de administração	119.016	CEF	Administrador

14 Custódia

As operações compromissadas estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações sem cotação em bolsa estão registradas nos Livros de Registro de Ações das próprias investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

As ações de companhias abertas estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

15 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)**

Administrado pela Caixa Econômica Federal

Notas Explicativas da Administradora em 30 de junho de 2014
(em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

16 Rentabilidade

A rentabilidade no semestre é a seguinte:

Data	Rentabilidade (%)	Patrimônio líquido médio R\$ mil
Semestre findo em 30 de junho de 2014	3,94	29.600.670

17 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

18 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

Adenivaldo Nunes de Almeida
CRC-SP 016.576
Contador

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice-Presidente